


POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: PERSPECTIVAS PARA UMA ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-252>

Data de submissão: 15/04/2025

Data de publicação: 15/05/2025

Vanessa Cavalcante Queiroz

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
E-mail: vanny_queiroz@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3832-5353>

Deisiane de Toni Alves

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Mestra em Educação em Ciências e Educação Matemática
E-mail: deisi200180@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8113-8891>

Izelme Francielli Puerari

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Educação Matemática da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Mestra em Tecnologias Ambientais pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná
E-mail: izelme.francielli@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4495-2700>

Armando Julião Paruque

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Mestre em Educação – Universidade Europeia de Atlântico
E-mail: paruquelevy@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2040-6036>

Marco Antonio Batista Carvalho

Doutor em Letras pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
E-mail: marcoab_carvalho@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6811-2661>

RESUMO

A Educação Escolar Indígena se embasa em processos contínuos e interconectados com a vida cotidiana e o ambiente natural. Ideário contrastante à educação ocidental tradicional, que muitas vezes segmenta o conhecimento em disciplinas isoladas e enfatiza a educação bancária, denunciada por Paulo Freire. Ao incluir práticas indígenas, como a oralidade, a aprendizagem prática e a espiritualidade, as escolas podem oferecer uma experiência educativa enriquecedora e relevante para todos os envolvidos. Nessa direção, como objetivo deste artigo, buscamos, por meio de um estudo qualitativo, bibliográfico e documental, analisar os documentos que embasam a Educação Escolar

Indígena, buscando neles aporte para a perspectiva transdisciplinar. Para tanto, nos debruçamos no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, procurando entender o papel dos docentes indígenas no desenvolvimento da educação nos territórios tradicionais. Ao combinar conhecimentos tradicionais e acadêmicos, as orientações presentes nestes documentos possibilitam que se estabeleça um ensino que ultrapassa a segmentação disciplinar e cultural, servindo como uma afirmação da identidade e da autonomia dos povos indígenas, assim como um modelo para a educação não indígena.

Palavras-chave: Educação indígena. Formação de Professores indígenas. Políticas Educacionais. Saberes tradicionais.

1 INTRODUÇÃO

Os jesuítas deram início à missão que haviam assumido de converter os indígenas ao cristianismo por volta de 1549, com a promessa de protegê-los da escravidão e da violência dos colonizadores. Contudo, essa proteção vinha com um preço: tinham que deixar seus costumes e tradições para se adaptar aos diferentes modos de vida europeus e cristãos. Realidade que, atrelada à exploração indígena na colônia portuguesa se mostrava complexa, visto que os colonizadores portugueses frequentemente os escravizavam nas plantações de açúcar e em outras atividades econômicas. Mediante a demanda por mão de obra, esta realidade cruel em que os indígenas, vistos como uma mão de obra barata, embasada na troca por alimentos e mercadorias, eram subjugados e duramente forçados a trabalhar em condições extremas.

Para além, entende-se que as estruturas coloniais à época e, posteriormente, capitalistas, afetaram e continuam afetando as comunidades indígenas até os dias de hoje. Logo, as estruturas coloniais que antes se mostraram autossustentáveis, mas que, frente aos processos colonizadores e seus desdobramentos, tornaram-se também reféns dos sistemas econômicos, justamente pelo vilipêndio de seus costumes, a negação de sua identidade e a marginalização de seus saberes.

De acordo com Karl Marx, que retrata bem a alienação dos impactos econômicos e da divisão do trabalho nas vidas das pessoas quando afirmava que:

A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes autônomo, mas cria também uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples em geral não modifica o modo de trabalho do indivíduo, a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas, assim como nos Estados de La Plata abate-se um animal inteiro apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo (Marx, 1996, p. 452).

No ponto de vista de Friedman (1984, p. 197), “O papel do governo deve ser a defesa da liberdade de cada indivíduo de buscar seus próprios objetivos, portanto que não interfira na liberdade dos outros”. Como descreve:

A essência da filosofia liberal é a crença na dignidade do indivíduo, em sua liberdade de usar ao máximo suas capacidades e oportunidades de acordo com suas próprias escolhas, sujeito somente à obrigação de não interferir com a liberdade de outros indivíduos fazerem o mesmo. Este ponto de vista implica a crença da igualdade dos homens num sentido; em sua desigualdade noutro. Todos os homens têm o mesmo direito à liberdade. Este é um direito importante e fundamental precisamente porque os homens são diferentes, pois um indivíduo querará fazer com sua liberdade coisas diferentes das que são feitas por outros; e tal processo pode contribuir mais do que qualquer outro para a cultura geral da sociedade em que vivem muitos homens (Friedman, 1984, p. 197).

O autor ressalta a importância do equilíbrio entre liberdade individual e respeito mútuo, valores que também deveriam orientar as políticas públicas em relação às comunidades indígenas, o que vai de encontro à tentativa sistemática de suprimir e substituir os sistemas de conhecimento indígena pelos modelos ocidentais, fato constatado desde os primeiros contatos entre colonizadores e povos indígenas. Essa imposição, resultou não apenas na perda de valiosas tradições culturais, mas também em um impacto profundo sobre a liberdade, identidade e o bem-estar das comunidades indígenas.

Contudo, nas últimas décadas, um movimento crescente para revitalizar e integrar os saberes indígenas nos sistemas educacionais formais tem se desenvolvido, reconhecendo que a educação deve ser inclusiva e representativa de todas as culturas que pertencem à nossa sociedade. No Brasil, esse movimento ganhou força com a Constituição Federal de 1988, que garantiu os direitos dos povos indígenas e o reconhecimento da educação escolar indígena, e foi consolidado por meio de documentos normativos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, estabelecida em 2012. Tanto a Carta Magna quanto este documento, asseguram o direito dos povos indígenas de atuarem segundo suas próprias manifestações culturais, assim como buscam garantir a pluralidade cultural, fortalecendo a identidade indígena no ambiente escolar, respeitando as especificidades culturais e linguísticas desses povos.

Da mesma forma, a LDB (Lei nº 9.394/1996), trata do direito educacional dos povos indígenas, explicitando que:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (Brasil, 1996, n.p.).

Incentivando que os alunos aprendam em sua língua materna, possibilita-se que desenvolvam habilidades cognitivas e de compreensão mais rapidamente do que aqueles que são educados somente em uma língua estrangeira. Além disso, a preservação das línguas indígenas é fundamental para a manutenção e preservação da identidade cultural, que é uma das heranças destas comunidades.

Acerca da formação de professores indígenas e o funcionamento das escolas indígenas, o Parecer CNE/CEB nº. 7/2022, estabelece Diretrizes Curriculares, conforme:

Art. 44. A Educação Escolar Indígena ocorre em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas, as quais têm uma realidade singular, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada povo ou comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas indígenas, é reconhecida a sua condição de possuidores de normas e ordenamento jurídico próprios, com ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica (Brasil, 2022, n.p.).

Sendo assim, a educação direcionada às comunidades indígenas é intrinsecamente orientada para os povos nativos, enfatizando suas tradições, o conhecimento e a preservação de costumes e herança ancestral como pilares fundamentais. Assegurar um ensino de qualidade, considerado um direito essencial para essas comunidades, requer uma abordagem que esteja em sintonia com sua trajetória histórica e das suas diferentes condições estruturais de vida.

Os saberes indígenas incluem um vasto repertório de conhecimentos sobre medicina, agricultura, astronomia, ecologia e espiritualidade. Saberes transmitidos de geração em geração por meio de práticas orais, rituais e experiências comunitárias. Na educação contemporânea, a inclusão desses saberes pode proporcionar uma perspectiva mais ampla e enriquecedora aos estudantes, promovendo o respeito e a valorização da diversidade cultural.

A educação escolar indígena, caracterizada por uma abordagem ampla, que vê a aprendizagem como um processo contínuo e interconectado com a vida cotidiana e o ambiente natural, se contrasta com a educação ocidental tradicional, que muitas vezes segmenta o conhecimento em disciplinas isoladas e enfatiza a educação bancária, denunciada Freire (1996). Desse modo, ao incluir práticas indígenas, como a oralidade, a aprendizagem prática e a espiritualidade, as escolas, indígenas ou não, podem oferecer uma experiência educativa mais enriquecedora e relevante para todos os alunos.

A educação no Brasil atualmente enfrenta desafios que exigem a integração de diversos saberes às práticas pedagógicas. Morin (2000) defende que a educação deve superar a fragmentação do conhecimento, promovendo uma abordagem integrada, capaz de lidar com a complexidade dos desafios contemporâneos. Argumenta que é necessário saber articular diferentes áreas e criar práticas pedagógicas que capacitem os alunos a compreenderem o mundo em sua totalidade. Para tanto, já por muitas décadas, a educação Brasileira tem experimentado práticas que se apresentam como possíveis de fornecer uma maior integração dos conteúdos a vida prática de professores e estudantes como são prescritos nos conceitos de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Conforme Candau (2016), para além de práticas pedagógicas interdisciplinares, a educação, de um modo geral, precisa ser pensada de forma intercultural, em que a diferença seja vista como riqueza, como oportunidade de abordar saberes outros. No entanto, os desafios para a implementação

de uma educação embasada nessa perspectiva não são poucos, mas necessários mediante a pluralidade de culturas e saberes que perfazem a sociedade brasileira, pensando em uma educação que respeita e valoriza essa diversidade (Candau, 2016).

Nesse viés, o conhecimento indígena, assim como a educação desenvolvida por estes povos, emerge como fontes de ensinamentos que podem transformar a forma como entendemos e praticamos a educação. Um olhar integrador, transdisciplinar, que pode enriquecer os processos educativos. Ao mesmo tempo, tal perspectiva pode contribuir para a valorização dos saberes indígenas, seus modos de ser e conceber o mundo e a educação.

Nessa direção, como objetivo deste artigo, buscamos, por meio de um estudo qualitativo, bibliográfico e documental, analisar os documentos norteadores da Educação Escolar Indígena, buscando neles aporte para a perspectiva transdisciplinar. Para tanto, nos debruçamos no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (2012). Ao mesmo tempo, procuramos entender o papel dos docentes indígenas no desenvolvimento da educação nos territórios tradicionais, além de fomentar reflexões acerca da possibilidade de uma educação transdisciplinar, inspirada na Educação Escolar Indígena e na formação do docente indígena.

2 ENTENDENDO AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, estabelecido em 1998, destaca que a educação em escolas indígenas deve ser um processo que respeite a maneira de ver e entender o mundo de cada etnia, valorizando seus saberes tradicionais, como a interação com a natureza, práticas espirituais, histórias e narrativas orais. Para esses objetivos, o currículo deve ser flexível e adaptável, levando em conta as particularidades de cada cultura e a necessidade de um ensino que respeite a identidade de cada povo indígena. Isso não se limita a ensinar sobre as tradições indígenas, mas envolve também o estudo da possível integração dessas tradições com as ciências ocidentais, promovendo um conhecimento mais amplo e enriquecedor, que favorece a formação de indivíduos críticos e conscientes de suas origens e do ambiente ao seu redor.

Ao mesmo tempo, propõe perspectivas para a educação indígena, que enfatizam a importância de um ensino que ultrapasse os limites das disciplinas convencionais. Ele defende a transdisciplinaridade, a interrelação dos saberes tradicionais com saberes científicos. Nesse contexto, a transdisciplinaridade se expressa na valorização e na ligação entre diferentes formas de conhecimento, reconhecendo a singularidade cultural das comunidades indígenas e estimulando a

troca de saberes em variadas situações. Assim, o conceito de transdisciplinaridade sugere um currículo que vai além da mera conexão entre disciplinas, buscando uma abordagem holística em que o conhecimento indígena é respeitado e, ao mesmo tempo, enriquecido pelo aprendizado acadêmico, resultando em uma experiência educativa genuinamente integrada.

Um dos fundamentos dessa abordagem transdisciplinar, reside na interrelação do saber indígena com o saber acadêmico. No processo de formação de professores, tal referencial ressalta a necessidade de uma capacitação que abranja não apenas os aspectos técnicos da pedagogia, mas também uma sólida formação cultural, que permita a estes profissionais atuarem como mediadores entre os conhecimentos indígenas e a educação formal. Os educadores devem ter a habilidade de integrar conteúdos que englobem diferentes áreas, como ciências naturais, história, matemática e artes, sempre considerando as realidades culturais e territoriais dos alunos. Essa integração demanda que os professores tenham uma formação transdisciplinar, capacitando-os a ensinar e aprender a partir da diversidade de conhecimentos presentes nas comunidades indígenas.

O currículo apresentado pelo Referencial Curricular Nacional, propõe que a educação indígena vá além da mera transmissão de conteúdos, caracterizando-se como um processo colaborativo de construção de saberes. Nesse contexto, o professor assume um papel que ultrapassa a simples transmissão de informações, envolvendo também o aprendizado a partir das vivências dos alunos. Isso significa que a Educação Escolar Indígena deve constituir um ambiente de intercâmbio, em que as diversas formas de conhecimento se transformam em oportunidades para a construção de saberes coletivos, valorizando tanto as tradições ancestrais quanto o conhecimento acadêmico. Assim sendo, a educação deve ser compreendida como um processo dialógico, aberto e contínuo, no qual alunos, educadores e comunidades são protagonistas na elaboração do seu próprio aprendizado.

Incorporar práticas culturais específicas ao currículo vai além de uma mera adaptação, trata-se de uma reorganização das metodologias de ensino convencionais. Isso possibilita que as escolas indígenas proporcionem uma educação intercultural e bilíngue que respeite e valorize a diversidade étnica, linguística e cultural das comunidades indígenas. Para implementar esse modelo educacional, é fundamental que os professores recebam formação contínua, alinhada às inovações pedagógicas e às particularidades das comunidades em que trabalham, tornando viável a criação de um currículo flexível, inclusivo e transdisciplinar.

Além disso, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) destaca a importância da autonomia pedagógica dessas instituições, permitindo que elas desenvolvam e implementem suas próprias abordagens educacionais. Isso acontece dentro de um currículo que respeita as diretrizes gerais da educação nacional, ao mesmo tempo em que valoriza as

particularidades étnicas e culturais de cada grupo. O ensino nas escolas indígenas deve ser encarado não como uma mera adaptação do sistema educacional formal, mas como um processo autônomo de construção do conhecimento, que reúne práticas e saberes de diferentes áreas, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural e da autonomia dos povos indígenas.

Em resumo, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) se apresenta como um documento que propõe uma abordagem educacional transdisciplinar, unindo saberes acadêmicos e tradicionais de forma integrada. Ele valoriza a atuação dos educadores como facilitadores do conhecimento, e reconhece a relevância de uma formação docente alinhada às necessidades culturais e sociais das comunidades indígenas. Este modelo educacional favorece a criação de uma educação mais inclusiva e representativa, que respeita a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas, além de promover o possível desenvolvimento de um conhecimento abrangente, integrado e crítico.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (2012) trazem um conceito fundamental para a educação indígena: a interculturalidade. Abordagem integrada que valoriza os saberes provenientes das diversas culturas. Pode-se considerar a interculturalidade um princípio transdisciplinar, uma vez que promove a interação entre diferentes formas de conhecimento, tanto o tradicional quanto o acadêmico, de maneira dinâmica e complementar.

No contexto das Diretrizes, a interculturalidade enfatiza que a educação escolar indígena deve oferecer aos estudantes um ambiente de aprendizado em que diferentes culturas sejam compartilhadas e, em especial, que sejam respeitadas, estabelecendo um espaço de troca contínua entre conhecimentos de múltiplas origens, sem a imposição de um modelo de conhecimento dominante.

Segundo o documento, é fundamental que o currículo indígena seja ajustado às realidades culturais, históricas e sociais de cada etnia, favorecendo a conexão entre os conhecimentos locais e os saberes acadêmicos. Essa proposta vai além da mera integração de conteúdos de diferentes disciplinas, sugerindo uma reestruturação do currículo escolar que garanta o respeito aos saberes tradicionais de cada comunidade indígena, que devem coexistir como fontes de aprendizado junto aos conhecimentos científicos, visando fortalecer a identidade cultural dos estudantes enquanto proporciona um possível aprendizado cada vez mais abrangente.

Além disso, esse documento enfatiza a relevância de uma educação bilíngue, reconhecendo a língua indígena como essencial para o fortalecimento cultural e para o processo de aprendizagem. Essa perspectiva se alinha ao conceito de transdisciplinaridade, uma vez que sugere que o ensino da língua portuguesa, das ciências naturais, da matemática e de outras áreas do saber deve ocorrer de

maneira integrada ao ensino das línguas indígenas e dos conhecimentos ancestrais. Dessa forma, tanto a estrutura curricular quanto a prática pedagógica precisam ser elaboradas de forma a não fragmentar, mas unir, esses saberes de maneira abrangente, em que cada disciplina se complementa e se enriquece mutuamente.

Em relação à formação dos educadores, o documento destaca a urgência de um preparo docente que seja transdisciplinar, capacitando os professores a interagir com diversas áreas do conhecimento de forma ampla e integradora. Isso implica que a formação docente deve ir além das práticas pedagógicas convencionais, incorporando uma compreensão e valorização dos saberes indígenas, assim como de metodologias que reconheçam essa diversidade de saberes. A formação contínua dos educadores deve incluir não apenas a atualização técnica, mas também uma sensibilidade cultural, promovendo a atuação em sintonia com as comunidades e incentivando a troca de saberes entre a educação formal e as tradições indígenas.

Os conceitos de interculturalidade e de transdisciplinaridade, portanto, se manifestam nas Diretrizes ao fomentar um currículo que reconhece as particularidades de cada povo indígena, que enfatiza a interação entre distintas formas de conhecimento e a fluidez entre as disciplinas. Dentro desse cenário, a função do educador é essencial, pois cabe a ele promover a conexão entre os saberes, transformando o processo educativo em um espaço em que os alunos possam experimentar, integrar e desenvolver conhecimentos de várias áreas, ampliando perspectivas sobre seus contextos e a sociedade em que estão inseridos.

Os dois documentos oferecem uma análise sobre a implementação de abordagens transdisciplinares e interdisciplinares na educação de escolas indígenas, ressaltando a importância de um currículo que seja desenhado de maneira integrada, que respeite tanto as sabedorias tradicionais quanto as acadêmicas. O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) realça a necessidade de atender às particularidades culturais de cada povo, sugerindo uma pedagogia própria que combine conhecimentos tradicionais com a educação formal. Essa proposta está alinhada ao conceito de transdisciplinaridade, pois visa integrar diversas formas de saber e práticas para promover uma educação holística, na qual as sabedorias indígenas e acadêmicas não se excluem, mas se complementam e enriquecem mutuamente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (2012), também ressaltam a ideia de uma abordagem transdisciplinar, especialmente devido à sua ênfase na interculturalidade e no ensino bilíngue. O currículo é visto não como uma mera soma de disciplinas, mas como uma integração dinâmica entre o conhecimento acadêmico e o saber indígena, visando valorizar as culturas indígenas e reconhecer sua diversidade étnica. Nesse contexto, a

formação de professores desempenha um papel fundamental, pois deve abranger tanto a capacitação técnica nas disciplinas formais quanto a compreensão dos saberes tradicionais, preparando o educador para uma atuação integrada. A formação docente transdisciplinar é vital para a implementação desse modelo de ensino, que evita a fragmentação do conhecimento e estimula uma visão ampla e coesa.

Assim, os dois documentos enfatizam a relevância de uma educação que integre distintos saberes, respeitando, ao mesmo tempo, as culturas e tradições indígenas, enquanto proporciona aos alunos uma formação com uma visão global. Essa interligação entre as visões de currículo e a formação docente nas duas abordagens apresenta um modelo educacional que é inclusivo e abrangente, fundamental para a educação escolar indígena, de acordo com as orientações e diretrizes dos documentos examinados.

3 ESTABELECENDO RELAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A EDUCAÇÃO NÃO INDÍGENA COM VISTAS À TRANSDISCIPLINARIDADE

Para Freire (1996), a educação deve ser entendida como um processo de conscientização e transformação, em que o aprendizado não é visto como um simples acúmulo de informações isoladas, mas como uma prática dinâmica que integra múltiplos saberes e experiências. Nesse sentido, a transdisciplinaridade e a interculturalidade se alinham à proposta freiriana, ao ultrapassarem as fronteiras das disciplinas tradicionais e dos saberes dominantes, promovendo abordagens holísticas do conhecimento.

Ao valorizar a troca entre diferentes áreas do conhecimento e diferentes saberes, alinhando-as às experiências concreta dos educandos, contribui-se para uma educação mais significativa, que não apenas transmite conteúdos, mas também desenvolve habilidades críticas e transformadoras. Assim, a proposta de Freire reforça que a educação deve ser um processo interconectado, em que os saberes, sejam eles acadêmicos, populares ou tradicionais, se complementem, confluam, formando sujeitos capazes de interagir e transformar sua realidade.

Ao longo de séculos de interação com a natureza, os povos indígenas desenvolveram entendimento do meio ambiente em que vivem. Conhecimento particularmente relevante no contexto atual de crises ambientais no mundo, que oferece soluções sustentáveis e práticas para a conservação dos recursos naturais. Ao integrar essas práticas nos componentes curriculares, as escolas não indígenas podem promover uma maior conscientização ambiental e inspirar novas gerações a valorizar e proteger nossos ecossistemas.

As práticas pedagógicas indígenas frequentemente envolvem atividades ao ar livre, em que os estudantes aprendem por meio da observação e interação direta com o meio ambiente. Esse método

não apenas ensina sobre a ecologia e a sustentabilidade, mas também reforça a importância do respeito e da harmonia com a natureza.

Para compreender o conhecimento indígena na educação formal, é necessário desenvolver abordagens que respeitem e valorizem esses saberes. Isso pode incluir programas de estudos que incorporam a história, a cultura e as práticas indígenas, bem como a colaboração com líderes e comunidades indígenas para produção de currículos e atividades educacionais.

Um componente essencial nesse processo é a formação de professores, que se torna necessária para capacitá-los a ensinar de maneira sensível e inclusiva. A aceitação de novas ideias, de estratégias metodológicas é fundamental, representando um compromisso institucional e educacional que reflete a pluralidade cultural e reconhece o direito dos povos indígenas a uma educação que respeite sua identidade e seus conhecimentos tradicionais.

Os professores desempenham um papel importante nas trocas de experiências, e a participação tanto de professores indígenas quanto de não indígenas é essencial para o desenvolvimento integral dos alunos. Essa colaboração enriquece os saberes dos povos indígenas, que são vistos sob diferentes concepções dentro do contexto educacional.

Nessa perspectiva, vale destacar que os meios para que o ensino e a aprendizagem ocorram deverão ser levados em consideração, sendo de suma importância sua língua materna. Na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT de 1989, o princípio norteador do documento de referência para a educação dos povos indígenas, enfatiza em seu Artigo 28 que:

1. Sempre que for viável, dever-se-á ensinar às crianças dos povos interessados a ler e escrever na sua própria língua indígena ou na língua mais comumente falada no grupo a que pertençam. Quando isso não for viável, as autoridades competentes deverão efetuar consultas com esses povos com vistas a se adotar medidas que permitam atingir esse objetivo. 2. Deverão ser adotadas medidas adequadas para assegurar que esses povos tenham a oportunidade de chegarem a dominar a língua nacional ou uma das línguas oficiais do país. 3. Deverão ser adotadas disposições para se preservar as línguas indígenas dos povos interessados e promover o desenvolvimento e prática das mesmas (Brasil, 2009, n.p.).

O papel do professor na educação indígena, atua como um facilitador do diálogo intercultural, oportunizando a troca de conhecimentos e experiências entre os alunos indígenas e não indígenas. Dessa forma, auxilia para o fortalecimento da diversidade e o respeito mútuo entre as diferentes culturas presentes na sociedade brasileira. Assim, o professor indígena está frente às necessidades dos seus estudantes e fornecendo condições fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento junto à comunidade, aos alunos e aos pais de participarem da formulação de uma pedagogia indígena.

Uma abordagem eficiente para integrar o conhecimento indígena é através de projetos interdisciplinares e aprendizagem baseada em projetos. Esses métodos permitem que os estudantes

explorem questões complexas e reais de maneira prática e significativa, utilizando uma variedade de fontes e perspectivas.

A integração do conhecimento indígena na educação apresenta desafios como: a falta de recursos, a necessidade de formação adequada para educadores e a resistência institucional, quanto as oportunidades, são amplas e incluem a promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa, a valorização da diversidade cultural e a preparação de estudantes para enfrentarem os desafios globais com uma perspectiva mais abrangente e interconectada.

Para superar as barreiras institucionais, é essencial promover políticas educacionais que reconheçam e valorizem o conhecimento indígena. Isso inclui a representantes indígenas em conselhos educacionais, a revisão de currículos para incorporar saberes tradicionais e a oferta de formação contínua para educadores sobre métodos e práticas indígenas. A parceria entre escolas, comunidades indígenas, universidades e organizações não governamentais é essencial para o sucesso das abordagens transdisciplinares. O diálogo contínuo e o respeito mútuo são fundamentais para construir parcerias sustentáveis que beneficiem todas as partes envolvidas.

Na atividade do professor indígena, cabe, também, as seguintes participações: elaborar o calendário escolar, estruturar o projeto político pedagógico de suas escolas, conforme suas necessidades e especificidades, organizar a grade curricular, e estabelecer conteúdos e avaliações fundamentadas. Entende-se nas especificidades das escolas, a capacidade de que ao,

[...] articular esse duplo olhar concretiza-se em experiências inovadoras, em que a escola reflete e auxilia na construção do projeto histórico do grupo; na criação de novas associações de professores índios; no amadurecimento da reflexão desses professores sobre sua prática e sobre os objetivos e condições da escola desejada; nos documentos de seus encontros; na avaliação crítica dos projetos em curso; na produção e publicação de materiais didáticos específicos e no reconhecimento legal e institucional dos direitos indígenas a uma educação específica e diferenciada de qualidade (Brasil, 1998, n.p.).

A qualidade do ensino e da aprendizagem dos professores é muito importante, os níveis de escolaridade, interferem no modo que cada caso conclua o Ensino Básico e se especialize para a atuação no magistério. A legislação educacional exige o ensino superior dos professores que atuam na rede de ensino indígena. Entende-se, que para atuar nas aldeias, faz-se fundamental, além da língua materna, aprender a Língua Portuguesa, pois abre oportunidade de entendimento e contextualização nas disciplinas, estabelecendo a interligação com os indígenas, traduzindo e compreendendo as falas.

Os professores não indígenas, entre inúmeros desafios, possuem a função de mediar a aprendizagem, possibilitar uma educação inclusiva, valorizar os conhecimentos prévios, fortalecer a aprendizagem e preparar para sua vida profissional. A preparação deste profissional que atua no

aldeamento, necessita de capacitação para olhar além de saber ler e escrever, mas direcionar seus olhares para a realidade objetiva e impulsioná-la.

Freire nos remete a uma reflexão importante, ao explicitar que,

[...] toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra (Freire, 1996, p. 36).

O processo de aperfeiçoamento do professor deve se constante, por meio de participação em cursos, palestras, seminários e especializações. A aquisição contínua de conhecimentos proporcionará uma base sólida para sua prática pedagógica, capacitando-o a desenvolver suas habilidades e elaborar planejamentos de forma crítica, consciente e responsável. Este aprimoramento constante é crucial não apenas para o desenvolvimento profissional do docente, mas também para o alcance efetivo dos objetivos educacionais, especialmente no que concerne à assimilação facilitada dos conteúdos propostos aos alunos indígenas. Assim como ensina, o professor aprende, pois

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apensar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do lado do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém (Freire, 2005, p. 23).

Na troca de saberes da cultura indígena, a compreensão do sentido de valorização de cada indivíduo é fundamental, visto que tanto alunos quanto professores devem interagir nesse processo de experiências e vivências. Nesse contexto, é reconhecida a validade de todo tipo de conhecimento, tanto o científico quanto o cultural, sem que deva desvalorizar e se prevalecer sobre o outro, pois ambos se revelam igualmente relevantes. E, por meio das obras de Freire, que podemos notar que existiu e ainda existe uma exclusão e invisibilidade dos povos indígenas, que muitas vezes são marginalizados em sua própria terra, privados de expressar sua cultura e valores. Essas comunidades enfrentam opressões em um contexto de uma sociedade marcada pelo preconceito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se a importância de adotar abordagens transdisciplinares e interculturais na educação, especialmente no que diz respeito à educação escolar indígena e na formação de professores e, de forma especial, para aqueles professores que irão atuar nas escolas indígenas. Essa abordagem não apenas promove a equidade social e cultural, mas também busca desenvolver um sistema

educacional holístico que enfrente os desafios contemporâneos. A incorporação do saber indígena, conforme sugerido no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (2012), é fundamental para a formação de uma educação inclusiva e direcionada. Esses documentos, alinhados à Constituição Federal de 1988, garantem que a educação indígena seja organizada de maneira a respeitar e valorizar a diversidade cultural e étnica dos povos indígenas.

Ao integrar os conhecimentos indígenas no currículo escolar, a educação se enriquece e ganha incentivo, o reconhecimento e a valorização das tradições, línguas e identidades indígenas. Isso também prepara os alunos para um futuro que é interconectado e sustentável. Essa metodologia não só reforça a identidade cultural, mas também expande a perspectiva dos estudantes, permitindo-lhes aplicar de forma contextualizada o que aprenderam em suas rotinas diárias. Em alinhamento com os princípios da transdisciplinaridade, a educação indígena combina diferentes áreas do saber, promovendo uma formação abrangente que supera a fragmentação do conhecimento e oferece uma aprendizagem que respeita a complexidade das realidades indígenas.

A educação indígena deve ser compreendida como um processo de valorização constante dos conhecimentos ancestrais, que se entrelaça com a preservação da identidade cultural e a construção de um futuro mais justo e inclusivo. A luta dos povos indígenas pela obtenção de educação formal, evidenciada pelo crescente interesse em formação acadêmica, reflete seu anseio por reconhecimento, não apenas dentro de seus próprios contextos culturais, mas também na sociedade em geral, como cidadãos plenos. Isso significa que, ao longo dos anos, o movimento indígena tem buscado, com o respaldo de políticas públicas e marcos legais como a LDB e outros documentos pertinentes, um espaço legítimo no sistema educacional que respeite sua diversidade e os capacite a interagir de forma justa com as demais esferas sociais.

Os marcos apresentados, em especial os de 1998 e 2012, oferecem uma base sólida para o desenvolvimento de escolas indígenas que funcionem não apenas como centros de aprendizado acadêmico, mas também como ambientes que valorizam a cultura indígena. Embora essa tarefa apresente desafios, ela representa o empenho contínuo das comunidades indígenas em manter sua identidade cultural e assegurar que suas vozes sejam ouvidas, tanto na educação quanto em um contexto social mais amplo. Dessa forma, a educação indígena, ao combinar conhecimentos tradicionais e acadêmicos, se estabelece como um modelo de ensino que ultrapassa a mera inclusão, servindo como uma afirmação da identidade e da autonomia dos povos indígenas.

Essa abordagem transdisciplinar e intercultural, que visa unir os diversos conhecimentos e práticas educacionais de maneira inclusiva e respeitosa, é fundamental para uma educação que vai

além da simples preservação, promovendo o fortalecimento da identidade cultural e proporcionando oportunidades de transformação para as gerações futuras. Assim, é necessário estabelecer um ambiente educativo que seja realmente significativo, tanto para os alunos indígenas quanto para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9394*. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, 2012*.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto / Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Convenção nº 169 da OIT - Povos Indígenas e Tribais*. Decreto nº 10.088. Brasília: ANTT, 2009.

CANDAU, Vera Maria. Cotidiano escolar e práticas interculturais. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n. 161, p. 802-820, jul./set. 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa*. Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. Editora Record. Rio de Janeiro. 1984.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Editora Nova Cultura. São Paulo. 1996.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.